

Educação, pobreza e crescimento

Diário do Comércio

Marcos Cintra – 12/08/2014

Entre 2004 e 2008 o Brasil registrou elevados índices de crescimento econômico, em média 4,8% ao ano. A partir de 2009 o quadro mudou e hoje o PIB avança abaixo de 1%. A política econômica vigente no país em 2003/2004, instituída por conta de ações iniciadas em 1990, permitiu a expansão acelerada do PIB. Com isso, foi possível melhorar a vida da classe média e de pessoas que viviam em situação de pobreza.

O crescimento econômico entre 2004 e 2008 foi viabilizado porque o país contava com um número elevado de trabalhadores desempregados. Com a expansão econômica acelerada em um período relativamente longo foi possível incorporar essa mão de obra ociosa na atividade produtiva.

Em resumo, a economia crescia, mais pessoas tinham emprego e renda e a pobreza foi reduzida.

A situação econômica de um grande número de pessoas melhorou no Brasil nos últimos anos. Mas ainda há um enorme contingente de famílias vivendo em situação precária. Para resgatar esse grupo e manter o que já foi conquistado, o país tem de voltar a crescer de modo acelerado e por um longo período.

O problema é que a economia brasileira não conta mais com o estoque de mão de obra ociosa de dez anos atrás. Mesmo tendo ainda 1,2 milhão de trabalhadores sem ocupação nas principais regiões metropolitanas do país, sua utilização está limitada por causa da reduzida qualificação dessas pessoas.

A chave para o Brasil voltar a crescer, dada a restrição de mão de obra, passa pela maior produtividade da economia. Mas há entraves a serem removidos para que isso ocorra. Um dos mais expressivos se refere à educação. Cabe dizer que, na última década a média de estudo dos trabalhadores formais aumentou dois anos. Tal fato deveria ter melhorado a produtividade, mas isso não ocorreu.

Dois são os motivos de a produtividade não ter melhorado com o aumento da escolaridade do trabalhador. O primeiro é a péssima qualidade da educação brasileira. O analfabetismo funcional é um sério obstáculo para a eficiência da mão de obra.

Para se ter uma ideia, segundo o Instituto Paulo Montenegro, cerca de 38% das pessoas com nível universitário no país estão nessa situação. Ou seja, não conseguem compreender e interpretar textos usuais e têm dificuldades para resolver operações matemáticas básicas. Uma constatação estarrecedora.

Outro aspecto no âmbito educacional que trava a produtividade se refere à falta de alinhamento entre os conhecimentos que as escolas e universidades transmitem e o que as empresas precisam para serem mais produtivas. Ou seja, há uma dissociação entre o acadêmico e o técnico no País que impacta negativamente sobre a produção.

O Brasil precisa de uma revolução em seu sistema educacional. Não basta jogar pessoas em salas de aula e dizer que elas têm maior escolaridade. Quantidade deve ser combinada com qualidade. Além disso, é indispensável valorizar e flexibilizar o ensino técnico no país, colocando-o em sintonia com a área acadêmica e com as necessidades das empresas, como fazem Suíça, Austrália e Coreia do Sul, por exemplo.

Sem ações eficazes nessas áreas a pobreza continuará sendo uma vergonha nacional e muito do que foi conquistado estará em risco.

Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade Harvard e professor titular de Economia na FGV Foi deputado federal e autor do projeto do Imposto Único. É Subsecretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. www.facebook.com/marcoscintraalbuquerque